



O País e a fiscalidade



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Na altura em que escrevo estas linhas Portugal está mergulhado numa (outra mais) crise política ainda de consequências pouco nítidas. Prosseguem as negociações e os encontros entre as forças partidárias e parceiros da Concerta-

ção Social, mas dificilmente se evitará que os portugueses tenham de acorrer às urnas ainda antes do Verão. Não que conteste que o povo exprima livremente a sua vontade, mas recentemente a instabilidade política e o extremar de posições atingiram os limites de tolerável. Chegámos ao ponto absurdo que só um governo maioritário é que pode liderar Portugal. Todos os outros que não sejam sufragados com maioria absoluta, estão condenados, mais tarde ou mais cedo, ao sabor dos ciclos eleitorais, a caírem com estrondo.

Vivemos um período conturbado em que se prefere apontar o dedo e encontrar presumíveis culpados pelo estado a que chegámos, do que propriamente re-

solver os problemas derivados de anos de inércia e desleixo. No fragor do combate político, ninguém pára para reflectir. A fiscalidade, diga-se em abono da verdade, está um pouco assim. Depois de terem sido implementadas as bases de uma administração fiscal mais eficiente e que apenas há meia dúzia de anos começaram a dar os primeiros frutos, chegámos a um momento em que a corda começa a esticar. Tão tensa que está, que corre o risco de partir.

Com as consecutivas medidas de austeridade, o esforço acumulado tem recaído sempre sobre os mesmos. O Estado não olha a meios para atingir os seus fins pelo lado da receita, mas desistiu de encontrar soluções engenhosas e trabalhosas, se preferirem, para trazer para dentro do sistema os que insistir permanecer à margem dele e que são responsáveis

pelos fugas fiscais mais avultadas. Assim, os sacrifícios recaem sempre sobre os mesmos. A classe média, pois então. É um rumo errado do ponto de vista operacional, estratégico e, porque não dizê-lo, de comunicação.

Iniciativas como a da lista dos devedores são acções meritórias, mas que de pouco valem para a opinião pública em geral. O exemplo deve ser dado por todos, especialmente pelos que mais rendimentos auferem, até porque se todos pagarmos os nossos impostos, certamente pagaremos um pouco menos.

Numa conjuntura marcada por tão brutais ajustamentos, a via da fiscalidade está a ser explorada até ao limite, mas não da forma mais inteligente. Segue-se o caminho mais óbvio, mas menos rentável, em vez de se optar pelo mais tortuoso, mas mais pedagógico.

O tempo passa, os prevaricadores ganham tempo e recorrem a expedientes cada vez mais complexos e arditos com o intuito de escaparem aos olhos de uma administração fiscal passiva e desinteressada. A assobiar para o ar, como é normal no nosso País. A mensagem que passa para o exterior é a pior e mais revoltante possível para quem cumpre com as suas obrigações: afinal, infringir compensa. Para alguns. Os de sempre.

O refrescamento eleitoral que se anuncia, seja ele qual for, deve trazer um governo com vontade política para dotar a máquina fiscal de condições de eficácia mais efectiva para combater os grandes casos de fuga e evasão fiscal. Uma prioridade estratégica que só deste modo conseguirá erradicar uma ideia muito enraizada na sociedade portuguesa que o crime, afinal, vale a pena. ■